

Tuma cobra medida contra fraudes nas importações

Para senador, Comitê de Valorização Aduaneira deve ser imediatamente implementado para defender o interesse nacional e evitar práticas desleais, contrabando e sonegação



Mulheres parlamentares defendem derrubada do veto presidencial a esterilização pelo SUS

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) pediu a urgente implementação do Comitê de Valorização Aduaneira, para combater a prática de fraude fiscal e sonegação no sistema alfandegário do país. Previsto no Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (Gatt) de 1979, em decreto presidencial e em instrução normativa da Receita Federal, o comitê funcionará como sistema integrado de informações para acompanhamento e fiscalização das importações e exportações nacionais.

Na opinião de Tuma, a abertura da economia brasileira ao comércio internacional impõe "medidas internas de reorganização e ajustamento para salvaguardar nossos interesses". Ele disse que importantes setores, como as indústrias de brinquedos, tecelagem e motocicletas, ficaram à mercê de práticas desleais de subfaturamento nas importações, contrabando e sonegação. Esses setores, segundo Tuma, também enfrentam a concorrência de países banidos de outros mercados por praticarem políticas de subsídios e utilizarem mão-de-obra escrava. A consequência para o Brasil, alertou ele, é o fechamento de indústrias, o crescimento das taxas de desemprego e a diminuição da arrecadação fiscal.

Em aparte, Ney Suassuna (PMDB-PB) apoiou o pleito de Tuma.



Tuma

Benedita pede recursos para ajuda a criança

A redução de recursos destinados a programas de apoio a adolescentes e crianças foi considerada inaceitável pela senadora Benedita da Silva. Ela disse que o percentual de recursos previstos no projeto de lei orçamentária de 1996 é menor que o do ano passado. O senador Lúcio Alcântara prometeu lutar pela liberação de verbas.

Página 3

Isenção da Cofins para cooperativas

Página 4

Sarney admite adiamento da emenda da previdência

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que é favorável ao adiamento da votação da proposta de emenda constitucional que determina nova regulamentação para a previdência social. A seu ver, o adiamento permitiria uma discussão mais ampla da medida, favorecendo a adoção de um posicionamento consensual. A posição foi expressa ao fim de encontro com o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva.

- É mediante diálogo permanente entre o Congresso, as entidades representativas e a própria sociedade que temos de encontrar uma solução para a previdência -, disse Sarney. Em sua opinião, essa discussão deu início a um importante processo, que é o começo do afastamento

das centrais sindicais da tutela partidária.

Vicente Paulo da Silva entregou documento contendo as propostas da CUT para a previdência social. Participaram do encontro o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o deputado José Genoíno (PT-SP) e dirigentes da CUT.

Depois, Sarney recebeu o deputado federal Edinho Araújo e dirigentes da Central Autónoma de Trabalhadores (CAT), que encaminharam sugestões sobre a previdência.

O presidente do Senado também recebeu grupo de mulheres parlamentares (foto) que luta para derrubar o veto presidencial ao dispositivo que permite a realização de esterilização pelo SUS. Página 4

Japão e Austrália disputam Vale, diz Ademir

Senador adverte que Brasil abre mão de objetivo perseguido pelos dois países e pede informações ao governo para dimensionar significado econômico da estatal

Aprovada a mensagem que retira nome de embaixador

O Senado aprovou mensagem do presidente da República solicitando a retirada do nome do diplomata Júlio César Gomes dos Santos que fora anteriormente indicado para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao México.

Ministro de primeira classe da carreira de diplomata, Júlio César era chefe do Cerimonial da Presidência da República até a divulgação de conversas telefônicas a respeito do projeto Sivam por ele mantidas com o presidente da Líder Táxi Aéreo e representante da empresa americana Raytheon no Brasil.



A embaixadora da Polônia esteve ontem com Luiz Alberto

Poloneses convidam senador para congresso

A embaixadora da Polônia, Katarzyna Skorzynska, convidou ontem o senador Luiz Alberto (PTB-PR) a participar do II Congresso Polônico da América Latina, a ser realizado em Curitiba, entre os dias 13 e 16 de março.

A diplomata compareceu ao Congresso Nacional acompanhada do presidente da Federação das Associações Étnico-Polonesas do Brasil (Polbrás) e das Organizações Polônicas da América Latina (Usopal), Anísio Oleksy.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) alertou ontem para a briga que já estaria sendo travada entre multinacionais do Japão e da Austrália pelo controle da Companhia Vale do Rio Doce.

"Adquirir a Vale hoje, para o Japão, é questão de segurança nacional", informou, advertindo que o Brasil abre mão exatamente do objetivo perseguido pelos dois grandes países.

Ademir solicitou ao Ministério das Minas e Energia informações sobre o potencial estimado de ouro existente em Serra Pelada, baseado nos atuais estudos feitos pela Companhia Vale do Rio Doce.

No mesmo requerimento, ele indaga qual a produção mensal de ouro da CVRD entre 92 e 95, e ainda quais as perspectivas para a sua exploração até o ano 2000, como também qual o potencial das reservas do minério no Pará sob concessão.

O objetivo do senador é ter acesso a essas informações para poder dimensionar o significado econômico da Vale para o Pará e para o Brasil. Ele está preocupado com a determinação do ministro do Planejamento, José Serra, em privatizar a empresa.

Alcântara lamenta proibição de biografias

O debate desencadeado pela suspensão da venda de um livro sobre a doença que matou François Mitterrand, na França, revela uma tendência que já se verifica também no Brasil, com a proibição da biografia

de Garrincha, conforme destacou ontem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O senador considerou que "ninguém tem o direito de privar a sociedade de fatos úteis ao conhecimento de todos".



Lúcio Alcântara

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

8h30 - Café da manhã com líderes partidários.

10h - Despachos internos.

10h30 - Recebe o Diretor-Geral da Polícia Federal, Vicente Chelotti.

11h - Recebe a ex-vice-governadora do Distrito Federal Márcia Kubitschek.

12h - Recebe o deputado Adhemar de Barros Filho (PPB/SP).

14h30 - Preside a Sessão ordinária do Senado.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: Mensagens nºs 360/95, 362/95 e 100/96, submetendo a deliberação do Senado os nomes dos diplomatas Arnaldo Carrilho, Sérgio de Souza Fontes Arruda e João Gualberto Marques Porto Júnior, para exercerem a função de embaixadores do Brasil junto a Tailândia, Bahamas, cumulativamente com a da Jamaica, e Nicarágua, respectivamente.

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Projeto de Lei de Patentes. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PEC nº 68/95, que cria o Fundo de Estabilização Fiscal. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: *Projeto de Resolução nº 145/95, que examina a proposta de autorização de contratação de doação japonesa, destinada a assistência técnica no âmbito do projeto de descentralização de transportes urbanos em cidades de médio porte, no valor equivalente a 136 milhões e 400 mil ienes. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Subcomissão III - Infra-Estrutura

Pauta: Discussão e votação do relatório. Local: Plenário 9 - Anexo II - Câmara dos Deputados.

10h - Subcomissão V - Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social.

Pauta: Alteração do relatório. Local: Plenário 7 - Anexo II - Câmara dos Deputados.

Previsão dos trabalhos para quinta-feira

COMISSÕES

10h - Comissão do Código de Trânsito

Pauta: Apresentação do parecer sobre o projeto de Código de Trânsito Brasileiro. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

Benedita denuncia corte nos gastos oficiais com a criança

Senadora cita encontro de frente parlamentar com FHC em que foi cobrada a garantia de que recursos não sejam desviados

A senadora Benedita da Silva (PT/RJ) afirmou ontem ser inaceitável a redução de recursos destinados a programas de assistência e apoio à criança e ao adolescente. Ela disse que o percentual de recursos previstos para esses programas no projeto de lei orçamentária de 1996 é menor que o do ano passado.

Segundo a senadora, a questão dos recursos orçamentários



Benedita da Silva

os para o atendimento à criança foi discutida, semana passada, em reunião da Frente Parlamentar da Criança com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Benedita informou que a frente parlamentar pediu ao presidente da República a garantia de que os recursos destinados às políticas públicas para a criança e o adolescente não sejam desviados e que sejam efe-

tivamente aplicados nesse setor.

TRANSPARÊNCIA

A frente parlamentar também reclamou que os recursos destinados à criança e ao adolescente não são liberados integralmente, e cobrou maior transparência dos gastos feitos com os programas voltados para a criança e o adolescente, informou Benedita da Silva.

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB/CE) prometeu lutar junto ao governo federal para garantir a liberação dos recursos.



Emília Fernandes

Emília registra os 99 anos de Barbosa Lima

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) homenageou ontem o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, jornalista Barbosa Lima Sobrinho, pela comemoração dos seus 99 anos.

Para Emília, Barbosa Lima Sobrinho é um marco da democracia, que sempre defendeu juntamente com a liberdade de imprensa. "Foi ele quem assinou o pedido de impeachment do ex-presidente Collor", recordou.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Pedro Simon (PMDB-RS) cumprimentaram a senadora pela homenagem que prestou ao jornalista.

Ronaldo destaca posse de D. Marcelo

A posse de D. Marcelo Pinto Cavalheira no arcebispado de João Pessoa foi destacada ontem pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB). Ao saudar o arcebispo, ele qualificou-o de "novo pastor dos paraibanos", e ressaltou sua capacidade de lidar com problemas enfrentados por trabalhadores rurais e questões fundiárias.

- Sua atividade eclesial também é reconhecida no Brasil e no mundo. Assim é que foi agraciado com o título de Personalidade do Ano pelo Grande Júri de França, comenda recebida em 17 de abril de 1993 - acrescentou o senador.

Cancelamento da fala de brigadeiro ainda gera polêmica

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou ontem, em discurso, que o brigadeiro Ivan Frota acabou se transformando em vítima, por ter sido impedido de prestar depoimento às comissões que analisam o Sivam.

O senador Antônio Carlos Magalhães, que preside as comissões e não permitiu o depoimento do brigadeiro, ocupou imediatamente a tri-

buna e contestou Pedro Simon:

- Eu cumpri o meu dever e acho que o Senado tem de cumprir o seu em relação às afirmativas do brigadeiro, que não está sendo levado a sério por ninguém - afirmou ACM.

O senador José Sarney (PMDB-AP) voltou ontem a ocupar a tribuna para esclarecer sua decisão de pedir ao corregedor do Senado o estu-

do de medidas legais contra o brigadeiro, que fez declarações ofensivas aos senadores em entrevista à *Tribuna da Imprensa*, e as manteve na comissão.

Sarney destacou que tomou a iniciativa depois de receber um requerimento assinado por 20 senadores e ouvir quatro discursos no plenário pedindo uma manifestação da Casa em defesa de sua integridade.

Suplicy questiona se decisão tem respaldo no Regimento Interno

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) indagou ontem à Mesa do Senado se houve transgressão do Regimento Interno pelo presidente das comissões que analisam o Sivam, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), quando este interrompeu o depoimento do brigadeiro Ivan Frota na reunião do dia 16.

O senador Bernardo Cabral (AM), em aparte, concordou com a dúvida levantada mas explicou que o protesto deveria ter sido feito durante a reunião daquelas comissões.

Na presidência dos trabalhos

do plenário, o senador Levy Dias (PPB-MS) endossou a explicação de Bernardo Cabral, de que o protesto deveria ser naquela ocasião. Suplicy esclareceu que tentou fazê-lo, mas o presidente das comissões encerrou a reunião.

DESEMPREGO

Em outro pronunciamento, Eduardo Suplicy afirmou que a metodologia utilizada pelo IBGE subdimensiona o desemprego no Brasil. Segundo o senador, o índice de desemprego no país deve ser superior aos 4 a 5% "encontrados pelo instituto e alardeados pelo presidente da República".

Em dezembro de 1995, na Grande São Paulo, o índice atingiu 13,2%, conforme a metodologia de apuração empregada pelo Dieese e pela Fundação Seade, observou.

O IBGE capta o chamado "desemprego aberto", que reconhece como desempregados aqueles que procuraram emprego ao longo de sete dias e não encontraram, esclareceu o senador. Os índices do Dieese/Seade, por sua vez, são mais apurados, conforme Suplicy, porque levam em conta a flexibilização das relações de trabalho.

Cooperativas poderão exportar sem Cofins

Comissão de Assuntos Sociais vota isenção do tributo retroativa a abril de 1992, quando ele começou a ser cobrado. Projeto vai agora à deliberação do plenário do Senado

Mulheres lutam para derrubar veto à esterilização

Comissão de mulheres parlamentares incumbida de coordenar negociações para derubada do veto presidencial ao dispositivo que permite a realização de cirurgias de esterilização pelos serviços públicos de saúde foi recebida ontem pelo presidente do Senado, José Sarney. O senador prometeu conferir agilidade à tramitação da matéria.

As senadoras Benedita da Silva (PT-RJ) e Emília Fernandes (PTB-RS) encabeçaram a comissão, da qual participaram também as deputadas Maria Elvira, Fátima Pelaes, Socorro Gomes, Nair Lobo, Martha Suplicy e Maria da Conceição Tavares, além de representantes de entidades ligadas a questões femininas.

As parlamentares afirmaram estar certas de que conseguirão derrubar o veto nas duas Casas do Congresso.

Tebet lamenta morte do ator Rubens Corrêa

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) manifestou seu pesar pela morte do ator Rubens Corrêa, que ontem completaria 65 anos. Tebet fez questão de somar sua homenagem às que estão sendo prestadas ao ator em Aquidauana, terra natal de Rubens Corrêa, e em todo Mato Grosso do Sul.



Comissão de Assuntos Sociais aprova projeto da Câmara

Proposta de Requião facilita licitações públicas

Projeto que permite a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação - admitida a fixação de quantitativo mínimo - nas compras feitas pela administração pública foi apresentado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), com o objetivo de atender aos requisitos de economicidade e aproveitamento das peculiaridades do mercado, previstos na Lei de



Requião

Licitações. Segundo Requião, a medida possibilitará a participação de micro e pequenos empresários, além de facilitar o aproveitamento das eventuais pontas de estoque em poder de fornecedores maiores, o que aumentaria a competitividade e baratearia os preços. Hoje, para preencher esses requisitos, são feitas várias licitações, consecutivas ou simultâneas.

Hollanda destaca apoio de FHC à cultura no país

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) elogiou a preocupação do presidente Fernando Henrique Cardoso com a cultura e sua providência no sentido de regulamentar a execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Lembrando que o programa objeti-

va captar e canalizar recursos, o senador disse que a iniciativa "ataca a indigência a que está relegada a cultura em nosso país". Para Hollanda, o Pronac estimula a regionalização da produção cultural e artística, valorizando os recursos humanos e a criatividade locais.

As exportações realizadas por intermédio de cooperativas, consórcios ou entidades semelhantes também gozarão de isenção do recolhimento da Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), retroativa ao início da cobrança do tributo - abril de 92. É o que estabelece projeto de lei complementar aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), em reunião presidida pelo senador Carlos Wilson (PSDB-PE). O projeto da Câmara será levado agora à deliberação do plenário do Senado.

Essa isenção, que já beneficia as vendas de mercadorias ou serviços para o exterior realizadas diretamente pelo exportador, tinha sido prevista na Lei Complementar nº 70, de 1991, porém somente foi regulamentada, por decreto do Executivo, em dezembro de 1993, gerando desconformidade na concessão do benefício durante o intervalo entre o início da vigência da lei e a edição do decreto de regulamentação.

O relator da matéria, senador Valmir Campelo (PTB-DF), reconheceu aquele direito da isenção, que abrange também o fornecimento de mercadorias ou serviços para uso ou consumo de bordo em embarcações ou aeronaves em tráfego internacional, relativa ao período de abril de 1992 a dezembro do ano seguinte. Valmir argumentou que a perda de arrecadação da Cofins é minimizada pelo fato de a devalução dos valores recolhidos ser de pequeno vulto.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotonio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Eriandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djulba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.